

Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A.

"Em Recuperação Judicial" - CNPJ 02.551.474/0001-57 - Lagoa Santa - MG

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A. Em Recuperação Judicial. ("Companhia") divulga os seus resultados referentes ao exercício de 2023.

Caminhos Estratégicos e Iniciativas

O ano de 2023 representou um exercício de transformação operacional e estratégico para Marangoni. A partir da reestruturação societária a Administração efetivou o seu planejamento e definiu o desenvolvimento de novas tecnologias para melhorar a eficiência, reduzir custos e refletir o seu crescimento operacional.

Mercado e Desempenho

No cenário internacional, o mercado segue instável e com tensões recorrentes entre Ucrânia e Rússia, que por sua vez, possuem influência especialmente no fornecimento de commodities.

No âmbito nacional, o ano iniciou com queda da taxa de juros proporcionando maior segurança ao mercado e menor pressão do ciclo financeiro. A Companhia encerrou exercício com redução no volume de produtos vendidos e de seu faturamento, mas com uma gestão eficiente dos custos e despesas operacionais conquistando, assim, o aumento de rentabilidade mesmo com o cenário do mercado desafiador.

Desafios e Expectativas para 2024

O mercado vem apresentando sinais de resiliência, mas com oportunidades de crescimento e fortalecimento da marca Marangoni em seus clientes. No Brasil, a expectativa é de crescimento econômico e com a inflação convergindo à meta. Esses indicadores, combinados com a melhoria nas condições de oferta e demanda proporcionam otimismo ao mercado de reformadores.

A Companhia continuará com seus esforços na consolidação da sua marca e otimização da sua operação, bem como, no estreitamento de laços com seus parceiros e colaboradores.

Mensagem Final de Agradecimentos

Os produtos da Companhia são fundamentais para o segmento de transportes, a geração de empregos e especialmente para que as pessoas tenham fácil acesso aos seus produtos. Isso nos move para a contínua inovação em nossa cadeia, proporcionando a entrega de produtos com maior qualidade. Em nome da administração, expressamos nossos agradecimentos a todos os nossos funcionários, clientes e transportadores que rodam com nossos produtos.

Lagoa Santa (MG) 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

Balanco Patrimonial - Em Milhares de Reais. Table with columns for Ativo, Nota, 31/12/2023, 31/12/2022 and Passivo, Nota, 31/12/2023, 31/12/2022.

Demonstração de Resultado - Em Milhares de Reais. Table with columns for Receita Operacional Líquida, Custos dos Produtos e Serviços, Lucro Bruto, Despesas/Receitas Operacionais, Despesas com Pessoal, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Ganhos/Perdas Líquidos, Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras, Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Resultado Antes do IR e da Contribuição Social, IR e CS Correntes, IR e CS Diferidos, (Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) Em Milhares de Reais. Table with columns for Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento, Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais, Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Investimento, Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Financiamento.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Milhares de Reais. Table with columns for Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2022, Lucro Líquido do Exercício, Saldo Final em 31 de dezembro de 2022, Aumento de Capital, Adoção IFRS 16, Saldo Final em 31 de dezembro de 2023.

Demonstração de Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais. Table with columns for (Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício, Movimentação do Período, Resultado Abrangente do Exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 - (Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais: A Companhia tem por objeto social: - A produção industrial de pneus novos e recauchutados, bandas de rodagem novas e recauchutadas, matérias primas e diversos materiais para a produção e recauchutagem de pneus, para a produção de artefatos de borracha e similares de qualquer tipo, estado, composição e aplicação; - A produção de artefatos de borracha para a indústria de veículos automotores; - A comercialização, direta ou indireta, nos mercados brasileiro e estrangeiro, dos produtos mencionados no item "a" supra, obedecendo todas as condições dos respectivos setores comerciais; - Produção de maquinários e equipamentos para produção ou recauchutagem de pneus e produtos de borracha, bem como a distribuição nos mercados brasileiro e estrangeiros dos produtos obtidos; - Importação e exportação de produtos relacionados com o objeto supra mencionado; - Comercialização e exportação de produtos agropecuários e seus derivados; - Representação, por conta própria, ou de terceiros, de companhias nacionais e estrangeiras; - Prestação de serviços e consultoria e assessoria comercial, "marketing", assistência técnica administrativa e financeira; - Prestação de serviços e assistência técnica, manutenção e locação de máquinas e equipamentos; e - A participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. Em maio de 2023, através dos seus atos societários a companhia transformou o tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, não importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais e o mesmo patrimônio.

Nota 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: 2.1. Base de Preparação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áreas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. 2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.3. Instrumentos Financeiros: Classificação: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: a) Ativos Financeiros: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Receitas e Despesas Financeiras". Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa nessa classificação. b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda: Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. c) Empréstimos e Recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. d) Passivos Financeiros: A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros. e) Outros Passivos Financeiros: Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores. 2.4. Contas a receber de Clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PCLD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. 2.5. Estoques: Os estoques de mercadorias são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam o valor de mercado. 2.6. Investimentos: Estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado pelo método de equivalência patrimonial quanto às participações em controladas. 7. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a taxas estabelecidas em função do tempo de fruição dos benefícios econômicos. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financeira, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/ (Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado. 2.8. Provisão para Férias e Encargos: Foi constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos, até a data do balanço. 2.9. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. 2.10. Partes Relacionadas: Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado. 2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. 2.12. Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras): São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.13. Arrendamento Mercantil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e alugueis, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem essa norma são de aluguel de imóvel, máquinas e de frota de veículos e foram utilizadas taxas médias de mercado, e as taxas foram utilizadas com base nos principais índices financeiros utilizados. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2)/IFRS 16. Os demais não se enquadram a norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. 2.14. Demais Ativos e Passivos: Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die". 2.15. Provisões: As provisões de ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tido ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. 2.16. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de imposto de renda e contribuição social. 2.17. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens no curso normal das atividades da Companhia. 2.18. A Companhia é tributada pelo Lucro Real. 2.19. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: Reconhecimento de Receita: A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos: A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhis-

As: A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões não são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro: 4.1. Considerações Gerais e Políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de pagamentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. 4.2. Fatores de Riscos Financeiros: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e do excedente de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. Riscos de Mercado: Risco de Crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a terceiros, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. Risco de Liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para as atividades da Companhia suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa: 31/12/2023 31/12/2022. Caixa e Bancos: 1.306 351. Aplicação de Liquidação Imediata: 1.306 2.248.

Nota 6. Contas a Receber de Clientes: 31/12/2023 31/12/2022. Contas a Receber: 12.669 15.546. (-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa: (1.070). Variação Cambial Contas a Receber: 120. Juros e Demais Reduções Contas a Receber: (687). Total: 10.912 14.697.

Circulante: 10.912 14.697. Não circulante: 1.000 897. Total Geral (Vencido e a Vencer): 12.669 100,00%. A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

Nota 7. Tributos a Recuperar: 31/12/2023 31/12/2022. IRRF a Compensar: 484 437. CSLL a Compensar: 174 157. ICMS s/Imobilizado: 1.060. IPI a Recuperar: 2.167 688. Ação de Exclusão de ICMS DC PIS/COFINS: 23.355 235.338. INSS a Compensar: 4. PIS a Compensar: 53. COFINS a Compensar: 227. Total: 26.176 26.164.

Continua >>>

Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A. - Em Recuperação Judicial									
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 - (Valores em Milhares de Reais)									
Nota 8. Estoques:									
	31/12/2023	31/12/2022	Nota 9. Partes Relacionadas:		31/12/2023	31/12/2022	Nota 17. Provisão para Contingências: Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais. Com base na análise dos riscos identificados e assessores pelos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências para fazer face às eventuais demandas consideradas perdas prováveis, e ainda, 50% das demandas consideradas perdas possíveis.		
Estoque de Matéria Prima.....	4.010	3.485	Ativo		-	318	valor para fins de IRPJ e CSLL. Posteriormente, com a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal onde ficou afastado a cobrança do IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC em razão de repetição de indébito tributário, a Companhia entrou com uma ação para reaver os valores recolhidos indevidamente e obteve o ganho de causa, reconhecendo o impacto no resultado e tributos a recuperar. ** Em 2022 o plano de recuperação judicial foi aprovado por maioria dos credores das classes I, II, III e IV, nos termos do artigo 42, da Lei nº 11.101/05, sendo assim, a Companhia apurou os impactos e realizou a contabilização do deságio na conta de outras receitas operacionais.		
Estoque de Materiais Auxiliares.....	545	454	Marangoni Colômbia		-	318			
Estoque de Produto Semi Elaborado.....	889	498	Passivo Não Circulante		(4.458)	(12.425)			
Estoque de Produto Acabado.....	6.357	11.051	Marangoni SPA.....		-	(28)			
Outros estoques.....	6	-	Royalties.....		(4.458)	(12.453)			
	11.807	15.488	Total do Passivo Circulante.....		(4.458)	(12.135)			
			Total Líquido entre Ativos e Passivos		(4.458)	(12.135)			
Nota 10. Imobilizado: O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:									
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		
	Taxa Dep. (%)	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual		
Imobilizado									
Terrenos e Edificações.....	4%	-	-	-	35.652	33.280	20.316	Borrachas Vipal S.A. 800.000 80,00%	
Máquinas e Equipamentos.....	7,14%	87.060	(68.551)	18.509	78.152	(57.836)	20.316	Marangoni S.P.A. 200.000 20,00%	
Móveis, Utens. e Equipm. Informática..	10% a 20%	4.560	(4.441)	119	4.549	(4.405)	144	Total 1.000.000 100,00%	
Veículos.....	20%	633	(633)	-	645	(633)	-	Nota 19. Receita Operacional Líquida:	
Imobilizado em Andamento.....	-	1.585	-	1.585	571	-	571	31/12/2023 31/12/2022	
		93.838	(73.625)	20.213	119.569	(65.246)	54.323	Receita de Venda de Produto	
A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:									
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		
		Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação			Mercado Interno..... 171.198 177.127	
Terrenos e Edificações.....	33.280	239	(33.296)	-	(223)	-	-	Receita de Venda de Produto	
Máquinas e Equipamentos.....	20.316	2.344	(898)	193	(3.446)	18.509	119	Mercado Externo..... 2.713 4.484	
Móveis, Utens. e Equipm. Informática..	144	40	-	-	(65)	119	-	Receita com aluguel/serviços..... 173.911 182.448	
Veículos.....	12	(11)	-	-	(1)	-	-	(-) Deduções	
Imobilizado em Andamento.....	571	2.583	(1.376)	(193)	-	1.585	571	Impostos e Contribuições..... (36.983) (38.279)	
	54.323	5.206	(35.581)	-	(3.735)	20.213	20.213	Desenvolvimentos e Abatimentos..... (9.438) (12.807)	
Nota 11. Fornecedores: A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 35.111, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 41.575, em 31 de dezembro de 2022). Os saldos são decorrentes das operações normais da Companhia, com previsão de vencimento nos próximos 30, 60 e 90 dias, e seus pagamentos encontram-se em processos normais, não possuindo valores em atraso.									
Nota 12. Instituições Financeiras:									
	31/12/2023	31/12/2022	Nota 15. Parcelamentos Tributários:		31/12/2023	31/12/2022	Nota 20. Despesas com Pessoal:		
	Circulante	Circulante	ICMS PRCT 2017.....		4.664	4.909	Salários e Adicionais..... (7.546) (6.695)		
FINAME.....	-	971	ICMS ITABIRA - PRCT 2017.....		7	752	Encargos Sociais..... (3.212) (2.687)		
Financiamento à Exportação	-	-	SESI.....		-	7	Férias..... (851) (873)		
- Banco do Brasil.....	1.093	4.326	SENAI.....		-	106	13º Salário..... (640) (599)		
FGI/BNDES.....	297	580	JF Recap INSS.....		1.422	1.081	Benefícios Sociais..... (2.420) (1.465)		
FIDC.....	10.472	3.446	JF Recap PIS e COFINS.....		-	731	Deságio RJ**..... (4.566) (30.367)		
	11.862	9.323	MPT.....		-	128			
Nota 13. Obrigações Sociais e Trabalhistas:									
	31/12/2023	31/12/2022	Nota 16. Ativo Direito de Uso e Passivo de Arrendamento:		31/12/2023	31/12/2022	Nota 21. Outros Ganhos/Perdas Líquidos:		
			Adoção inicial.....		17.687	15.125	Crédito COFINS s/ Depreciação..... - 211		
Salários a Pagar.....	-	204	Circulante.....		-	1.944	Perdas (Ganho) na Venda de Ativos ... 5.892 827		
Férias e Encargos a Pagar.....	829	973	Não Circulante.....		1.890	(1.170)	Receitas Extraordinárias..... (10.477) (193)		
Gratificações e Dissídios.....	-	363	(+*) Juros.....		-	16.614	Reversão IRPJ e CSLL*..... 2.778		
INSS a Recolher.....	573	873	(-) Depreciação.....		(1.073)	18.461	Deságio RJ**..... 26.744		
Outras Provisões.....	1.402	2.421	(+*) Pagamentos.....		-	15.125	Total..... (4.566) 30.367		
			(-) Depreciação.....		(1.073)	18.461			
Nota 14. Obrigações Fiscais e Tributárias:									
	31/12/2023	31/12/2022	Circulante.....		16.614	3.336			
IRPJ a Recolher.....	-	-	Não Circulante.....		16.614	15.125			
CSLL a Recolher.....	-	-	(+*) Juros.....		-	15.125			
ICMS a Recolher.....	619	653	(-) Pagamentos.....		-	15.125			
PIS e COFINS a Recolher.....	197	125	(-) Depreciação.....		(1.073)	18.461			
IRRF a Recolher.....	168	157	Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.		-	15.125			
Demais Impostos Retidos.....	3	5			-	15.125			
	987	940			-	15.125			

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Lagoa Santa - MG

Aos Diretores e Quotistas da Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Marangoni Tread Latino América Ind. e Com. de Artefatos de Borracha S.A. - "Em Recuperação Judicial" ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marangoni Tread Latino América Ind. e Com. de Artefatos de Borracha S.A. - "Em Recuperação Judicial" em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para Opinião com Ressalva: Recuperação Judicial. Conforme descrito na nota explicativa "1", a Companhia, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05 (LRF - Lei de Falências e Recuperação Judicial de Empresas), em 14 de setembro de 2017, sendo deferido em 13 de novembro de 2017. Em 2022 o plano foi aprovado por maioria dos credores das classes I, II, III e IV, nos termos do artigo 42, da Lei nº 11.101/05. O Banco do Brasil interpôs agravo contra a decisão que homologou o plano. Foi apresentado pela companhia contrarrazões e está aguardando a decisão subsequente.

Imobilizado: Os encargos de depreciação dos bens que compõe o Ativo Imobilizado foram realizados com base nos critérios fiscais e não com base nos critérios societários, os quais preveem a avaliação das vidas úteis dos bens para definição dos percentuais dos encargos mensais de depreciação, conforme disposto no NBC TG 27 - Ativo Imobilizado, da mesma forma, não foi realizado o teste de recuperabilidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Auditor e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

Document assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



←

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Balanco-EM-Marangoni-15-04-2024.pdf>




MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1-S/MG
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR Nº 42.667/O-1-S/MG

JOSIANE MEDINA
Contadora - CRC MG-127864/O-4